

# Lira e Pacheco defendem meta de déficit zero em 2024

## CONTAS PÚBLICAS

# EM DEFESA DA META

## Lira e Pacheco dizem que são a favor de manter déficit zero para 2024

BIANCA GOMES, JOÃO SORIMA NETO E BRUNO GÓES [biancagomes@globo.com.br](mailto:biancagomes@globo.com.br) [joaosorima@globo.com.br](mailto:joaosorima@globo.com.br) SÃO PAULO DE MINAS

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) saíram ontem em defesa da manutenção da meta de déficit zero em 2024. As declarações foram dadas no momento em que o governo ainda discute se vai ou não rever o alvo previsto para o próximo ano. Lira e Pacheco lembraram que o arcabouço, nova regra para as contas públicas aprovada este ano, já prevê consequências em caso de eventual descumprimento e ressaltaram o papel de sinalização do compromisso do governo com o equilíbrio fiscal.

Lira se reuniu na semana passada com Lula e Haddad, mas afirmou que o tema de mudança da meta não foi abordado. O presidente afirmou há alguns dias que "difícilmente" o alvo previsto para 2024 seria cumprido.

— Se não atingir (o déficit zero), não é porque não quer. É porque não conseguiu mesmo. E se não conseguir, tem as consequências do arcabouço que serão aplicadas — afirmou Lira ontem em evento em São Paulo de um banco de investimentos.

### TRABALHO DE PARCERIA

O governo vive uma divisão interna a respeito do tema. Enquanto Haddad se coloca como um defensor da manutenção do alvo já fixado, em um esforço de convencimento com Lula, a ala política pressiona por uma flexibilização, diante do temor de que, para cumprir a meta, seja necessário bloquear recursos. No rol de preocupações citadas por estes integrantes do governo estão os recursos necessários para viabilizar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As declarações dos presidentes da Câmara e do Senado têm peso, pois, caso o governo decida de fato mudar a meta, esta semana será crucial, já que está marcada para hoje a votação do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), data-limite para o governo encaminhar mensagem para modificar o texto. Após essa data, qualquer mudança precisa ser acordada junto ao Congresso. Lira de-

fendeu que não haja mudança na meta por meio dos parlamentares, ou seja, o que força o governo a deixar clara sua intenção de mudar o alvo:

— Quando o presidente Lula trouxe aquela declaração (lançando dúvida sobre o cumprimento da meta para 2024), segundo o governo para proteger o ministro Haddad ou para antecipar uma discussão, o que nós entendemos é com naturalidade: se bater a meta tem um X de consequência do arcabouço. Se não bater, tem um (outro) X de consequência. Está lá, votado pelo Congresso Nacional, e não deverá haver mudança na meta do arcabouço pelo Congresso. Segundo Lira, Haddad confirmou que continuará perseguindo a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024. O presidente da Câmara defende conter o crescimento das despesas públicas no país e cita como um caminho a realização de uma reforma administrativa.

Desde que as discussões sobre eventual mudança da meta para o próximo ano vieram a público, o governo tem sido alvo de críticas. Embora o mercado já desconfiasse de que não seria possível cumprir o proposto, economistas ponderam que a mudança agora reduziria a credibilidade da meta fiscal e o empenho de parlamentares para aprovar medidas consideradas cruciais na agenda econômica e que buscam aumentar a arrecadação. Como

o governo já indicou que não pretende cortar gastos, o ajuste teria que ser feito por aumento de receitas. — Meta deve ser continuamente perseguida e buscada. Se lá na frente ela não for alcançada, é uma outra coisa. Mas não podemos deixar de ter a tônica do encaminhamento do combate ao déficit público — afirmou Pacheco, em discurso alinhado com o de Lira, no mesmo evento em São Paulo. Ontem, o vice-presidente

Geraldo Alckmin afirmou que o compromisso fiscal do governo é "total". — O governo tem compromisso com responsabilidade fiscal. Se você vai fazer o ano que vem, vai demorar mais seis meses, se vai ser 0%, 0,5%, é uma questão ainda a ser discutida. Mas o esforço todo será na linha de zerar o déficit fiscal e depois ter superávits fiscais sucessivos — disse Alckmin. Haddad, por sua vez, afirmou ontem que a promessa de igualar gastos e despesas já no próximo ano não depende só do governo federal. Segundo ele, a busca pelo melhor resultado fiscal não vem "da cabeça do ministro ou do desejo do presidente, é um trabalho de parceria". — Não falo isso para provocar, mas é preciso de parceria entre os Três Poderes. O Judiciário tem que entender o impacto de suas decisões, assim como o Executivo e o Legislativo — afirmou. Ao mencionar a agenda econômica no Congresso, Lira afirmou que o governo precisa ter consciência de que o que é acordado numa votação tem que ser honrado: — Não estou falando de emenda ou cargo. Estou falando de texto.

HADDAD ENCONTRA LÍDERES

Sobre a medida provisória 1.185, a MP das subvenções, que modifica as regras de tributação dos incentivos fiscais do ICMS, Lira afirmou que ainda não há acordo de mérito e que propôs a Haddad que participasse de uma reunião com o colégio de líderes. A medida é uma das principais apostas para reforçar o caixa do governo no próximo ano, com valor estimado em R\$ 35 bilhões. E o governo tem pressa para que ela seja aprovada. — Essa discussão não está consolidada, não é um tema que eu considero dos mais fáceis, mas vamos fazer o que sempre fizemos: ouvir, conversar, dialogar, convencer ou ser convencido a tratar deste assunto — disse Lira. — A discussão vai se aprofundar nesta semana, a respeito do mérito da 1.185, mas há resistências. Principalmente de parlamentares e empresários do Sudeste, Sul e Nordeste.



Equilíbrio. Lira e Pacheco dizem que é melhor cumprir meta fixada para 2024 e que regra fiscal prevê o que fazer se ela for descumprida

“Se não atingir (o déficit zero), não é porque não quer. É porque não conseguiu mesmo. E se não conseguir, tem as consequências do arcabouço que serão aplicadas”  
— Arthur Lira, presidente da Câmara (PP-AL)

“Meta deve ser continuamente perseguida e buscada. Se lá na frente ela não for alcançada, é uma outra coisa”  
— Rodrigo Pacheco, presidente do Senado (PSD-MG)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13